

**PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO: CONFIGURANDO
ESPACIALIDADES CRÍTICAS
PARA OUTRAS ECONOMIAS**

**SELF-MANAGEMENT PEDAGOGY: BUILDING CRITICAL
SPATIALITIES TOWARDS
OTHER ECONOMIES**

**PEDAGOGÍA DE LA AUTOGESTIÓN: CONFIGURANDO
ESPACIALIDADES CRÍTICAS PARA OTRAS ECONOMÍAS**

Carolina Leão¹

carolinaleao5@gmail.com

RESUMO: Este artigo discute as interconexões entre a Pedagogia da Autogestão e a prática de Outras Economias, de forma a compreender que espacialidades críticas são criadas a partir desta interrelação. A pesquisa foi desenvolvida com o Movimento de Comunidades Populares (MCP), no Brasil, em São Lourenço da Mata (Pernambuco), Feira de Santana/Sítio Matias (Bahia) e Chico Mendes (Rio de Janeiro), com foco na experiência da *sobrevivência coletiva*. A metodologia foi construída a partir da IAP. Concluímos que as espacialidades críticas estimuladas pelo exercício da Pedagogia da Autogestão sinalizam a existência de práticas emergentes de Outras Economias, evidenciando novas geometrias de poder com potencial emancipatório.

Palavras-chave: pedagogia da Autogestão, espacialidades críticas, outras economias

ABSTRACT: This article discusses the interconnections between Self-Management Pedagogy and the practice of "Other Economies", in order to understand the critical spatialities created from these interconnections. The research was developed with the Movement of Popular Communities (MCP) in Brazil, in São Lourenço da Mata (Pernambuco), Feira de Santana/Sítio Matias (Bahia) and Chico Mendes (Rio de Janeiro) focusing on the experience of Collective Survival. It employed a Participatory Action Research (PAR) methodology. It concludes that the critical spatialities stimulated by Self-Management Pedagogy signals the existence of emergent practices of Other Economies, evidencing new "power geometries" with emancipatory potential.

Keywords: Self-management pedagogy, critical spatiality, other economies

RESUMEN: Este artículo discute las interconexiones que se dan entre la Pedagogía de la Autogestión y la práctica de Otras Economías para comprender qué espacialidades críticas se crean a partir de esta interrelación. La investigación fue llevada a cabo con el Movimiento de Comunidades Populares de Brasil (MCP) en São Lourenço da Mata (Pernambuco), Feira de Santana

¹ Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pelo Instituto Superior de Economia e Gestão/ Universidade de Lisboa. Pesquisadora no SOCIUS-CSG-ISEG/Univ. Lisboa. Formadora certificada na área do Desenvolvimento Econômico e Social. Atualmente, coordena e assessora projetos em ONG, com foco na Educação Popular, orientados para a educação comunitária com mulheres de etnia cigana.

/ Sítio Matias (Bahía) y Chico Mendes (Río de Janeiro), y se centró en la experiencia de *Supervivencia Colectiva*. La metodología fue construida a partir de la Investigación-Acción Participativa (IAP). Concluimos que las espacialidades críticas estimuladas por el ejercicio de la Pedagogía de la Autogestión señalan la existencia de prácticas emergentes de Otras Economías, evidenciando nuevas geometrías de poder con potencial emancipador.

Palabras clave: pedagogía de la autogestión, espacialidades críticas, otras economías.

INTRODUÇÃO

O desafio de desvelar os conhecimentos produzidos a partir das outras pedagogias convoca-nos a desvendar histórias de lutas de trabalhadores/as, povos originários, camponeses/as, coletivos diversos e movimentos sociais que se rebelam contra “uma das formas mais brutais de opressão: desenraizá-los, expropriá-los da terra, dos meios de produção da vida, dos territórios e espaços de reprodução das suas identidades culturais coletivas” (ARROYO, 2014, p. 201). Melhor dizendo, significa “enfraquecê-los como coletivos.” (ARROYO, 2014, p. 201).

Ao serem operados “mecanismo[s] pedagógico[s]” (ARROYO, 2014, p. 201) de desenraizamento destes sujeitos, processos de desculturização - “cultiricídios” - como ressalta o autor, formas de trabalho, memórias, valores, linguagens e pensamentos são desintegrados. Ao desapropriar as suas experiências sociais, privando-as de visibilidade e co-existência, somos igualmente privados/as da riqueza epistemológica, cultural e política do mundo. Ou seja: estamos perante um epistemicídio, como argumentam SANTOS e MENEZES (2009), deflagrado e consentido, que encontra nas pedagogias dominantes os meios de propagação de um certo tipo de racionalidade interiorizada nas nossas sociedades.

Tendencialmente, os projetos pedagógicos implementados nos meios escolares e acadêmicos são amparados pela racionalidade instrumental capitalista de formar tecnicamente, durante um período de tempo, *recursos humanos* ou *mão de obra* qualificada para um certo tipo de mercado de trabalho, competitivo e meritocrático. Colocamos em evidência a crítica à formação epistêmica eurocêntrica moderna, bem como as suas colonialidades do poder e do saber (LANDER, MIGNOLO, QUIJANO, 2005), realçando os seus impactos na cristalização da racionalidade instrumental capitalista, tão presente nestes projetos pedagógicos.

Da mesma forma, realçamos que, historicamente, a dominação epistêmica eurocêntrica tende a ser conquistada pela via do anglocentrismo, à medida em que os Estados Unidos se impõem pela liderança política, econômica e militar mundial, o que igualmente ratifica a presença hegemônica desta racionalidade.

Contudo, à semelhança de outros/as estudiosos/as, o nosso esforço tem sido o de revelar outras racionalidades pedagógicas que evidenciem outros sujeitos políticos de poderes e saberes. Outras pedagogias emergem, contribuindo para marcar a terra (PORTO-GONÇALVES, 2005), ao resgatar da sombra novos sujeitos políticos que, ao (re) construir espacialidades outras produzem, igualmente, outras racionalidades econômicas – Outras Economias.

Por radicalizarem as lutas por uma vida digna e justa e por suas formas de objetivação, territorialização, produção e trabalho, os coletivos em movimento repõem e aprofundam os confrontos históricos no campo do conhecimento, dos valores, das culturas e identidades, das cosmovisões, dos modos de pensar. Aí estabelecem os confrontos mais radicais (ARROYO, 2014, p. 210).

A Pedagogia da Autogestão (PA) pode ser considerada como parte do patrimônio epistemológico, teórico e empírico deste campo lato das Outras Pedagogias, tendo como característica nuclear a autogestão pedagógica dos espaços de trabalho, educação e convivência por parte destes outros/as sujeitos políticos (LEÃO, 2014, 2018).

Neste artigo, compartilhamos parte das aprendizagens do projeto de pesquisa da autora, intitulado “Territórios de Resistência da Pedagogia da Autogestão”². Este tem como objetivo discutir as interconexões existentes entre a Pedagogia da Autogestão e a construção de Outras Economias, procurando compreender que espacialidades críticas estão a ser criadas a partir desta interrelação. Para tal, refletimos sobre as seguintes questões: que espacialidades críticas estão sendo criadas? Que elementos e interações estão implicados na dinâmica do espaço? Que outras formas pedagógicas e econômicas são erguidas a partir deste processo?

Para compreender tais questões, construímos espaços de pesquisa com o Movimento de Comunidades Populares (MCP) no Brasil, nas comunidades de São Lourenço da Mata (Pernambuco), Feira de Santana/Sítio Matias (Bahia) e Chico Mendes (Rio de Janeiro). O foco do estudo foi a coluna da *sobrevivência coletiva* (esclarecida na seção “Pedagogia da Autogestão: construindo espacialidades críticas para outras economias”).

Sendo considerada uma coluna central, presente na formação de todas as Comunidades Populares, esta foi escolhida entre as outras dez (a seguir mencionadas), por

2 O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa de Pós Doutorado da autora. Foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Brasil, sob a orientação do Prof. Doutor Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, do Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense.

estar relacionada com a organização econômica do MCP. Por sua vez, a pedagogia levada a cabo pelo movimento tende a influenciar a forma como esta é desenvolvida.

Inspirada pela Investigação Ação Participativa (IAP)³ procuramos acautelarmos um processo de aproximação aos sujeitos sob diferentes formas de construção dialógica, envolvendo encontros com grupos temáticos, visitas de estudo, participação em iniciativas organizadas pelo MCP e atividades conjuntas com a pesquisadora.

Os procedimentos metodológicos utilizados contemplaram: i) recolha e seleção da bibliografia produzida pelo MCP, durante o seu percurso de aproximadamente 40 anos, nas suas diversas fases; ii) tese de doutorado, cujo sujeito de pesquisa foi o MCP (2016); iii) realização de sessões de diálogos, organizadas pelas lideranças comunitárias e a pesquisadora, nas 3 Comunidades Populares, entre 31 de maio e 17 de novembro de 2016, das quais destacamos:

a) 2 sessões coletivas, que reuniram coordenadoras/es das diversas *colunas*, sendo 1 em São Lourenço da Mata (Pernambuco), com 9 participantes, e 1 em Feira de Santana/Sítio Matias (Bahia), com 15.

b) Participação direta da pesquisadora na preparação de 1 iniciativa popular (Festa de São João, em São Lourenço da Mata).

c) 14 sessões realizadas com membros das *colunas* do MCP, que contaram com os seguintes números de participantes: São Lourenço da Mata - 10 associadas/os às *colunas da escola, sobrevivência coletiva, saúde, esporte, lazer, religião e infra estrutura*. Envolveu, ainda, 2 encontros com membros da *coordenação nacional*. Em Feira de Santana, com 11 participantes, das *colunas da infra estrutura; sobrevivência coletiva; da União da Juventude Popular (UJP) – esta, diretamente responsável pelas colunas do esporte, arte e lazer* - e, igualmente, com 3 *membros da coordenação nacional*. Na comunidade Chico Mendes (Rio de Janeiro) com 4 participantes das *colunas da escola e sobrevivência coletiva*.

O material recolhido a partir da pesquisa empírica foi registrado por meio de audiovisual, gravação em áudio e diário de campo. Para efeito de análise, recorreremos às transcrições (aqui referidas como *entrevista*) e posterior recortes das falas.

3 Segundo Fals Borda (1985, p.5, tradução nossa) a IAP é desenvolvida num processo vivencial, que inclui educação de adultos, investigação científica e ação política, tendo “a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática como fontes de conhecimento.” A inserção do pesquisador no campo prevê formas de intervenção planejada e a sua disciplina deve fortalecer a ciência popular (Ibid., 1981). Thiollent (1996, p. 14) enfatiza que a IAP é “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

A PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO DESPERTANDO OUTRAS ECONOMIAS

Para entender as interconexões existentes entre a Pedagogia da Autogestão (PA) e as Outras Economias (OE) é importante reconhecer a necessidade de que novas referências pedagógicas aconteçam fora dos meios escolares e acadêmicos, tendo como protagonistas sujeitos outros que “[r]epõem a terra, o trabalho, como estruturantes das relações sociais, mas também como campos de resistência, (...) origem da consciência, de ações coletivas, (...) por outras relações de trabalho e por outro sistema de produção, apropriação da terra.” (ARROYO, 2014, p. 99).

Ao resistirem a padrões de dominação e subordinação de poder, de trabalho e de apropriação/expropriação da terra “se deram e se dão processos formadores de consciência, identidades e valores coletivos. [...] Pedagogias do Sul colonizado, mas em históricas lutas por emancipação” (ARROYO, 2014, p. 99).

A PA tem sido uma expressão destas pedagogias outras, com experimentações de caráter emancipatório em diversos contextos. No que diz respeito àqueles da educação formal (institucional), LAPASSADE (1971) sublinha que o professor reduz a sua intervenção educativa permitindo que os alunos decidam os programas da sua aprendizagem e os métodos a utilizar, em que a sala de aula funciona como uma cooperativa, na medida em que as atividades são autogeridas coletivamente. Esta potencia não só a autonomização dos sujeitos, a partir da aprendizagem da autogestão pedagógica, como permite desvelar elementos imperceptíveis do sistema, como padrões cognitivos de dominação.

O estudo de LEÃO (2014) revela, ao caracterizar a PA no contexto de três coletivos de trabalho associado autogestionário, em Recife, que o paradigma da Educação Popular⁴ está na base da sua concepção de educação, tendo como marca nuclear a autogestão da

4 A Educação Popular é referenciada por LEÃO (2014) à luz de Mejía (2001), que considera como a sua base de entendimento comum *i)* a intencionalidade política de transformar a sociedade marcada pela injustiça, desequilíbrios e desigualdades, que move educadoras/es a construir as formas de poder necessárias para lutar por mudanças; *ii)* como opção ética, esta constrói-se da sua práxis enquanto alternativa, enraizada em princípios de trabalho individual e coletivo, na solidariedade, generosidade, na construção da democracia integral, no rechaço ao poder excludente e opressor e, conseqüentemente, de não utilizar o ser humano como um meio para atingir os fins; *iii)* compreende que em toda a relação entre sujeitos o poder está presente, reproduzindo a dominação, evidente ou subterrânea, e a exclusão. Assim, procura-se desvelar as múltiplas dimensões do poder, como forma de opressão nos processos de conhecimento, bem como na vida social, de maneira a propiciar uma outra construção de poder; *iv)* confronta, ainda, a pretensão de verdades únicas, considerando que ali está presente o poder como forma de dominação, o que motiva o desenvolvimento de caminhos coletivos diversos, para o conhecimento e a transformação, incentivando a diferença, mas resistindo às desigualdades.

educação e do trabalho pelos próprios sujeitos que implementam as suas práticas pedagógicas, tal como realçado por Nascimento (2010), igualmente a partir das suas experiências como educador popular com coletivos de trabalhadores/as.

Ainda segundo LEÃO (2014), a PA tem como particularidade a utilização de um método que consiste na *pesquisa*, neste caso desenvolvida pelos trabalhadores-educadores/as, que tem como fonte as experiências sociais vivenciadas por estes sujeitos, nos espaços de trabalho ou de outras (con)vivências. Da mesma forma, consiste na *escuta-diálogo (método dialógico)*, cujo exercício de reflexão-ação-reflexão, com uma perspectiva problematizadora, estimula processos internos de *autoformação*.

Esta dinâmica pedagógica é desenvolvida de maneira autônoma e coletiva pelos/as trabalhadores/as-educadores/as, recorrendo à aprendizagem de uns/umas com os/as outros/as, sem que existam facilitadores externos. A metodologia é implementada a partir da formação de perguntas e temas geradores, sendo outra marca da PA.

Outra particularidade também identificada está relacionada com a emergência de espaços pedagógicos diferenciados, mas complementares, amparados pela autogestão pedagógica dos sujeitos protagonistas. Nos locais de trabalho, onde as atividades profissionais são desenvolvidas, são elaborados procedimentos de gestão coletiva com base em princípios e valores que vão sendo observados, sistematizados, debatidos e consensualizados. Uma das características é a preocupação com a horizontalidade na partilha de conhecimentos e poderes, para que a autogestão seja, de fato, vivenciada.

A criação de um espaço especificamente dedicado à proposta educativa do coletivo (potenciado pelo primeiro), onde desenvolvem os seus estudos, está vocacionado para a reflexão sobre as ações e relações produzidas no interior dos locais de trabalho, em diálogo com as vivências em sociedade dos seus trabalhadores-educadores.

Assim, em ambos os casos, estes sujeitos assumem o papel de trabalhadores/as - educadores/as, ao igualmente assumirem a orientação dos seus processos de aprendizagem, realizando reflexões críticas e sistematizando os seus saberes em coletivo, tendo a PA como prática político-pedagógica orientadora (LEÃO, 2014).

É neste sentido que entendemos que a PA, ao propiciar outras referências político-pedagógicas que contrariem a lógica mercantil da educação, pode ser fundamental na estimulação de outras racionalidades econômicas – Outras Economias. Este campo tem integrado a investigação sobre outras racionalidades e formas de organização da vida material (SANTOS, 2015) e humana (CATANI, 2009, S/N), o que amplia o foco da

economia para além do trabalho subordinado-assalariado, da empresa e do mercado do tipo capitalista, constatando o que GIBSON-GRAHAM (2007) dizem ser uma parte reduzida das atividades por meio das quais temos vindo a produzir, trocar e distribuir a riqueza socialmente produzida.

Ao ir ao encontro à tais perspectivas CORAGGIO enfatiza que

en su expresión más profunda y abarcadora [para cualquier sistema social o comunitario; la economía de mercado es sólo una posibilidad que se dio a partir del Siglo XX], es el sistema de principios e instituciones, normas y prácticas, que se da [no ocurre por evolución natural, es una construcción histórica] una comunidad o una sociedad de comunidades e individuos para definir [¿son lo humano y la naturaleza recursos? En la India no lo son las vacas], movilizar o generar, distribuir y organizar combinaciones de recursos [no necesariamente escasos], con el fin de producir, distribuir, intercambiar y utilizar bienes y servicios que sean útiles para satisfacer, de la mejor manera posible y a través de las generaciones [no decimos que sean mercancías, sólo deben ser útiles, como el alimento producido para el autoconsumo]. (2013, p.1, colchetes do autor.)

No seu entender, a racionalidade instrumental não é necessariamente desprezível, já que esta pode ser oportuna quando existe escassez de recursos, o que requer a adequação dos meios disponíveis para alcançar fins previamente fixados, reduzindo os custos ou melhorando os resultados.

Assim, o que está em causa é que a racionalidade instrumental não questiona as razões pelas quais a escassez existe e, neste sentido, CORAGGIO (2013) recorre a HINKELAMMERT y MORA para se referir à racionalidade reprodutiva, que orienta a ação para a reprodução ampliada da vida, como possibilidade mesma de recuperar a ética da vida. Sendo assim, a racionalidade reprodutiva permite perguntar-nos qual a razão da escassez, partindo do pressuposto de que esta é produzida e não natural. Desta forma, defende que perspectivar Outras Economias

es decir otro sistema económico, incluyendo las condiciones de su factibilidad. Esto requiere teoría, sin la cual no se pueden sistematizar las experiencias, establecer correlaciones y relaciones causales, ni comprender las situaciones que se enfrentan. Todo lo cual no es una cuestión de sabios ni de técnicos con conocimientos superiores a los que se derivan de la práctica de los actores sociales. Además se requiere capacidad de hacer plausibles, creíbles, esas propuestas. Se trata de superar la condición de agentes de un sistema alienante y autodestructivo y constituirse conjuntamente en sujetos colectivos con capacidad y voluntad para pensar alternativas de acción, de institucionalización de los comportamientos económicos bajo la primacía de la racionalidad reproductiva. Y esto no está planteado como un valor subjetivo, como una cuestión de preferencias, que unos puede compartir y otros no. No es una mera moral, es una condición necesaria de la vida. (CORAGGIO, 2013, p.2)

Tal como assinala CUNHA (2012, p. 51), estas Outras Economias são “marcadas por grande heterogeneidade entre si, mas unificadas na contestação à axiomática do individualismo utilitarista que está na base do funcionamento do capitalismo”. Estas co-existem dentro do capitalismo, mantendo diferentes tipos e graus de relação.

Não se trata de encontrar soluções universais, mas sim, reconhecer nestas racionalidades outras a existência de formas econômicas

epistemológicamente distintas a la hegemónica– y de Otras formas de entender eso que se llama “desarrollo” es necesaria y urgente. Tanto las epistemologías del Sur como otras nuevas visiones del mundo (como la de la física cuántica) podrán ser la base de estas construcciones. Así habrá que reconocer una “realidad participativa” que es co-creada en el proceso de observación mismo. Igualmente se trascenderán las ideas hegemónicas de competencia, egoísmo, antropocentrismo, trabajo y desarrollo, para incorporar esas nuevas –y no tan nuevas– visiones del mundo, las cuales hablan de solidaridad, gozo, interdependencia, bien común y vida buena [...]. (González, 2015, p. 91)

Neste marco, diversos/as estudiosos/as têm alertado para a necessidade de ruptura epistemológica com o eurocentrismo (a que também associamos o anglocentrismo), apontando para as colonialidades produzidas nas relações de poder-saber, sem a qual a qual “as possibilidades de construção da Outra Economia e de outra sociedade são limitadas.” (PIMENTEL, 2012, p. 14, tradução nossa.).

Desde uma perspectiva decolonial tem sido possível resgatar conhecimentos submersos, compreender subjetividades, formas de sentir, pensar, de convivência, de governação, de interação com a natureza e, simultaneamente, denunciar relações de dominação, exploração e conflito, presentes nas origens e nas bases em que assenta o capitalismo, assim como a sua expansão e consolidação (PIMENTEL, 2012)

Ao compreender outras racionalidades epistemologicamente diversas, admitimos a possibilidade de resgatar o sentido de economia do campo de articulação do capitalismo, considerando que a sua racionalidade instrumental tem potenciado a criação de certos tipos de espacialidades ancoradas nas colonialidades do trabalho, do poder-saber, do ser e da natureza.

Com esta perspectiva procuramos conhecer que espacialidades críticas estão sendo construídas, a partir das interconexões existentes entre a Pedagogia da Autogestão e as Outras Economias. É o que exploramos a seguir.

EXPLORANDO OS SENTIDOS DAS ESPACIALIDADES CRÍTICAS

A partir dos anos 1960, o espaço deixa de ser abordado como “referente geofísico” (PABLO UC et al., 2016, p. 12), então associado à noção jurídico política de território, para ser considerado como “produto e produtor do social” (PABLO UC et al., 2016, p. 12, tradução nossa), enquanto “um elemento que transforma e é transformado por processos históricos, econômicos, políticos e culturais”⁵ (PABLO UC et al., 2016, p. 12, tradução nossa).

Como revelam os autores, as novas leituras que a categoria espaço vem obtendo têm permitido explorar a emergência de outros paradigmas e perspectivas de transformações cognitivas, que implicam outras miradas fronteiriças sobre o Estado, nação, economia e cidadania.

No contexto desta pesquisa “o espaço social (e o espaço em geral) é produto de ações, relações e práticas sociais” (MASSEY, 2007, p. 1, tradução nossa), sendo que quatro aspectos sustentam esta noção: 1. Enquanto produção social é aberto à política e, se o produzimos, podemos também transformá-lo. 2. Da mesma forma, a sua constituição é plena de poder social. 3. O poder possui variadas formas “(econômica, política, cultural; de dominação, igualdade, potência)” e se realiza ‘em relação’, entre uma coisa (pessoa, nação, região, lugar) e outra” (MASSEY, 2007, p. 1, tradução nossa). 4. Sendo assim, este poder possui uma geografia (MASSEY, 2007, p. 1, tradução nossa).

Conceptualizado desta forma, o espaço tem efeitos tanto intelectuais como políticos e propõe desafios importantes. Assim, três características acompanham a sua formulação, ou seja: como produto de relações ou de ausência de relações possui uma complexidade de “redes, uma malha, de vínculos, de práticas, de intercâmbios, tanto ao nível muito íntimo (como o do ambiente familiar) como aos níveis da cidade, do país, do global. Produzimos o espaço no manejo das nossas vidas” (MASSEY, 2007, p. 2, tradução nossa). São as relações de produção capitalista que produzem este espaço e estas regiões.

Portanto, o espaço se expressa como produto de relações sociais, com vínculos repletos de poder e, como tal, é parte do que a autora conceptualiza como geometria do

5 Os autores recorrem à elaboração de PIAZZINI SUÁREZ, C.E. (2008) “El tiempo situado: las temporalidades después del giro espacial”, en Diego Herrera Gómez y Carlo Emilio Piazzini S. (edits.), (Des)terri-torialidades y (No)lugares. Procesos de configuración y transformación social del espacio. Medellín: Universidad de Antioquia, pp. 55-73.

poder. “Es decir, el poder se constituye ‘en relación’; por eso hay una geografía del poder – una cartografía del poder”. (MASSEY, 2007, p. 3).

A segunda característica do espaço é a dimensão da multiplicidade, considerando-se “a multiplicidade de entidades com suas próprias trajetórias” (MASSEY, 2007, p. 5, tradução nossa), em que estas se produzem mutuamente, de forma interdependente.

A terceira proposição, tendo em conta as características anteriores do espaço, é que este está em permanente construção sendo, por isso, inacabado. Há sempre relações que estão por construir-se ou não e que, assim, se podem modificar. Desta forma, as geometrias do poder que constituem o espaço estão “sempre em vias de produção e - por isso – [este encontra-se] sempre aberto ao futuro (...) e – por sua vez – aberto também à política.” (MASSEY, 2007, p. 5, tradução nossa).

ROCHA (2017, p. 23), estudiosa da obra de Massey, considera que o seu projeto de revisão da concepção do espaço supera os enfoques essencialistas e a cisão espaço-tempo, questionando as perspectivas que compreendem o espaço “como absoluto e/ou as que procuram a definição de representação do espaço como apreensão objetiva do real”.

Tal abordagem ganha correspondência na afirmação de MASSEY (2017, p.39) quando a geógrafa explica que “se o tempo é a dimensão da sequência e da mudança, o espaço é a dimensão da coexistência e da multiplicidade”. A partir deste reconhecimento “é possível começar a examinar as muitas relações de poder e as interdependências que configuram esses lugares juntos e influenciam a evolução de seus personagens e de suas trajetórias.”

As complexas interrelações conceptuais propostas por MASSEY (2017, p. 39), na sua concepção de espaço, aprofundam uma dimensão política que implica, como a própria refere, “uma vontade de dar pleno reconhecimento à existência de outros autônomos”. Tal densidade política na sua concepção espaço é enfatizada por ROCHA (2017, p. 24), ao referir que

[t]anto nos ensaios e artigos da década de 1990/2000 quanto na sua obra traduzida (como *Pelo espaço – uma nova política da espacialidade*), é possível identificar uma proposição substantivamente política na abordagem do espaço/espacialidade, termos definidos por ela como “intercambiáveis” (1992; 2004; 2008). Ou seja, textualmente como substantivo e verbo, espaço/espacialidade/espacializar são concepções que ritualizam a coetaneidade⁶ da vida. Podemos ler aqui que há uma forte sugestão para

⁶ ROCHA (2017, p. 24) explica que coetaneidade (coevalness) é um conceito revisto por Massey “como estratégia de afirmar a indissociabilidade espaço-tempo, para indicar os limites da interpretação da Geografia na Modernidade que hegemonizou uma leitura de progresso e desenvolvimento e que garantiu uma visão colonizadora do outro” . Neste caso, coetaneidade “diz respeito a uma postura de reconhecimento e respeito

compreender os efeitos de sentido de espaço que, por sua vez, escapariam a qualquer tentativa ou estratégia de representação, de captura, de imobilidade.

O pensamento de Massey incorpora, na elaboração do espaço, o repto de desvelar as suas geometrias do poder. As relações simbióticas espaço-poder são permanentemente expostas como necessárias para denunciar poderes dominantes e que negam um horizonte de possibilidades de outras histórias e trajetórias acontecendo simultaneamente.

[D]evemos garantir que a investigação geográfica considere necessariamente (diferencialmente) o poder. Isso levaria a um reconhecimento das geografias (geometrias do poder) através das quais o mundo é construído e as geometrias de poder, talvez mais igualitárias, através das quais ele possa ser reconstruído. (MASSEY, 2017, p. 40)

O entrelaçamento espaço-poder evidencia uma geometria complexa, em que a abordagem das colonialidades é novamente relevante. A colonialidade do saber (LANDER, 2005), que parte da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), traz à tona a cumplicidade poder-conhecimento que exorta a crítica epistêmica da geografia moderna.

PABLO UC et al. (2016, p. 13, tradução nossa) vão de encontro às abordagens anteriores, ao reivindicarem a ideia de espacialidade crítica, que apresenta uma revisão profunda da geografia moderna de produção do conhecimento, que “reconhece 'autoridade' a certos lugares privilegiados de enunciação e relega a outros ao locus de objeto a ser estudado pelos sujeitos epistêmicos 'competentes’”.

Segundo os autores, esta perspectiva favorece um contexto de transformação social que afeta diretamente a ordem geopolítica moderna, articulada a partir da construção do Estado-nação, "el cual ancla al sustrato geofísico no sólo la soberanía, sino también el sentido de pertenencia y la identidad o las 'identificaciones' (BALIBAR, 2005) individuales y colectivas.” (PABLO UC et al., 2016, p. 14).

Neste sentido, um processo complexo de transformação social e pensamento crítico parecem convergir para o que dizem ser uma reconfiguração das localizações geopolíticas e cartografias cognitivas. “A complexidade destas transformações requer, para a sua compreensão, uma abordagem transdisciplinar já que o 'espaço' se tornou uma 'fronteira

em situações de implicação mútua. É um espaço imaginativo de envolvimento: fala de uma atitude. E é informado por uma conceituação prática de espaço e tempo”. “[...] De tal forma que coetaneidade pode ser interpretada como perspectiva procedimental que impediria uma classificação apriorística e verticalizada do ‘outro’, de uma forma de subjugação espacial”.

transdisciplinar' (PIAZZINI SUÁREZ, 2008)” (PABLO UC et al., 2016, p. 14, tradução nossa).

Este entendimento do espaço está associado ao reconhecimento de direitos, que não se reduzem aos direitos de propriedade, alargando-se ao reconhecimento político de identidades coletivas diversificadas, por terem em conta a historicidade das suas formações sociogeográficas

siempre diversas por estar fundadas en la historicidad de las formaciones socio-geográficas. Tales demandas encuentran expresión en nuevas gramáticas de poder que revelan maneras otras de ejercicio de la ciudadanía, las cuales ponen en cuestión las representaciones del espacio público y de los espacios de representación ciudadana modernamente asociados al Estado-nación. (PABLO UC et al., 2016, p. 15)

Reconhecer as espacialidades críticas é admitir que “(...) há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165). Assim, “mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi (...)” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165), entendendo que este é simultaneamente geográfico e epistêmico, agindo entre duas lógicas.

O desafio investigativo que lançamos a seguir convoca à análise e compreensão dos testemunhos de r-existências, a partir das espacialidades críticas fomentadas pela prática da PA, enquanto geradoras de outras racionalidades econômicas transformadoras no processo cotidiano dos sujeitos envolvidos.

PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO: CONSTRUINDO ESPACIALIDADES CRÍTICAS PARA OUTRAS ECONOMIAS

A nossa vivência de pesquisa com o Movimento de Comunidades Populares (MCP) revelou a r-existência do sujeito político *Comunidade Popular*, que ao longo de aproximadamente quatro décadas de edificação do MCP (considerando-se as suas diversas etapas e denominações), se apresenta como estratégia para a configuração do *Poder Popular*.

Tal como refere LEÃO (2018) o *poder popular* é compreendido pelo MCP a partir das seguintes premissas:

[...] construir na prática e a partir do que vai surgindo no meio do povo. Não é vindo de cima pra baixo. É construir de baixo para cima. (Silvia, 2016, entrevista)

[...] [É] a partir do nível do povo, do que o povo faz, do que o povo tá sentindo. Dos problemas que o povo está sentindo, a gente vai descobrir os problemas e as necessidades maiores do povo. Junto dessas necessidades maiores a gente vai sensibilizar, conscientizar e organizar o povo pra tomar consciência da sua necessidade, de que é preciso mudar essa realidade. [...] Então o poder popular é quando o povo domina a situação, ele toma pra si o que é seu de direito, né? Resgata a sua história, resgata a sua origem e que ele mesmo conduz o processo que é necessário mudar. (Ceça, 2016, entrevista)

[É] quando um grupo de pessoas trabalham juntas e consegue fazer a gestão das suas vidas desde aprendizagem, produção, vendas, administração de recursos e que isso serve para as suas vidas ou para a sua sobrevivência e isso passa a ser uma gestão coletiva. Então isso é um aprendizado de um grupo de pessoas que tem um poder que lhe é diferenciado. E por que é diferenciado? Por que um outro grupo consegue vencer aquela base que foi criada durante esse período aí de aprendizagem e de produção e de vida. Então é uma vida coletiva ligada onde termina sendo um poder. É um poder construído junto, organizado desde a produção, a venda, aos recursos, à sobrevivência. É um poder coletivo que independe dos poderes públicos, independe de organizações externas. É uma vida construída conjuntamente. (Givaldo, 2016, entrevista)

O *poder popular* se expressa através da Comunidade Popular, uma vez que esta é entendida como

uma luta econômica, política e ideológica contra o capitalismo. No lugar da economia privada, propomos a economia coletiva. Na política, propomos a Democracia Participativa, que é o diálogo para chegar ao consenso, por meio de reuniões, assembleias, encontros e congressos populares. Isto para substituir a democracia burguesa, eleitoral, representativa, palestrante, acadêmica, abstrata, populista e autoritária. Do ponto de vista ideológico, nossa luta é contra o individualismo, o economicismo, o consumismo, o teoricismo, o modismo, etc. Em seu lugar, propomos a solidariedade, (organizada e permanente). (MCP, 2013, p. 3)

Ainda segundo LEÃO (2018), o *poder popular*, orientado pelos princípios de democracia participativa, é impulsionado pelo MCP através: i) do Método Linha de Massas; ii) da independência política, já que as comunidades devem participar no processo eleitoral com a elaboração do seu próprio plano de governo para apresentar aos candidatos; iii) da autonomia financeira, uma vez que deve criar as próprias condições de auto sustentação, através de vários meios, como contribuição pessoal dos seus participantes, formas de economia coletiva, campanhas de base e apoios dos aliados.

As comunidades populares têm como alicerce a criação de 10 colunas: 1. *Sobrevivência*

Coletiva (econômica/financeira); 2. Religião; 3. Família; 4. Saúde; 5. Moradia; 6. Escola; 7. Esporte; 8. Arte; 9. Lazer; 10. Infraestrutura (espaço para se organizar). (MCP, 2006, 2012, 2013). Estas são consideradas a base material e imaterial para o exercício do poder popular, erguidas a partir das prioridades identificadas pelo povo, num processo de consulta e decisão coletiva.

Figura 1: representação das 10 Colunas de Formação das Comunidades Populares



Fonte: Jornal Voz das Comunidades (2013)

Audo (liderança do MCP) assinala num dos encontros realizados em 2016, que a ideia da *casa* e da sua sustentação a partir das *colunas* está associada à linguagem da construção civil, sendo esta uma das atividades relacionadas com a *sobrevivência coletiva*.

É neste sentido que os processos educativos desencadeados a partir da vivência da PA têm um papel fundamental na formação das comunidades populares, que têm como sustentáculo as *colunas*.

A educação que concebemos é libertadora, interage com as identidades e diferenças. Seu currículo oculto é calcado nas resistências populares, levando em consideração os processos históricos. As relações entre educador e educando não são hierárquicas. [...] As relações estabelecidas no cotidiano são de trocas, sendo mais valioso o ser humano e não o capital. Os saberes são socializados e apropriados por todos, sem agregar valor e lucro. (MCP, 2016, p. 14)

O MCP recorre ao que denomina por *Método*, na sua proposta pedagógica, que sintetiza como “o jeito, a forma, a maneira de fazer as coisas.” (Movimento, 1988, p. 15).

Este é desenvolvido em quatro etapas: a *Pesquisa - Arrumação - Devolução - Plano de Ação*.

A *pesquisa* consiste no levantamento dos problemas identificados pelo povo. Esta é desenvolvida pelos membros da comunidade, principalmente através de roteiros com perguntas. As quatro perguntas-chave são: i. Quais são os nossos problemas? ii) Por que existem estes problemas? iii) O que já fizemos para resolver? iv) O que vamos fazer? A *arrumação* do resultado da pesquisa prevê a organização dos conteúdos, a partir do que foi levantado para discutir propostas. A *devolução* é a fase seguinte e pode ser feita de diversas formas: encontros, poesia, teatro, panfletos, filmes, carro de som etc.). Culmina com o *Plano de Ação*, quando as pessoas são convocadas para planejar coletivamente a forma de resolução dos problemas.

O envolvimento e a participação da população são sinais de legitimação do processo.

A metodologia utilizada para a criação das colunas prevê a existência inicial de um grupo mínimo de três pessoas, com funções equivalentes a de secretário/a, tesoureiro/a e articulador, no sentido de mobilizar o povo localmente e em permanência para a solução dos problemas identificados, no momento e a posteriori.

Cada coluna criada possui uma comissão de coordenação, cujos/as representantes, igualmente, têm como tarefa a coordenação da comunidade. A articulação das comunidades acontece ao nível municipal, estadual, interestadual e nacional, podendo ocorrer mobilizações através de atividades, ação coletiva ou lutas reivindicatórias. (JVC, 2006).

Em 2012 elaboram o Plano Nacional de Lutas e Atividades (PNLA, 2012) para construir o Poder Popular nas periferias das cidades e do campo, com o objetivo inicial de, num período de 10 anos, criar comunidades em pelo menos 10 estados brasileiros.

Segundo a coordenação do MCP (2016, entrevista), atualmente o mesmo está consolidado em 10 estados do Brasil, sendo que noutros quatro têm experiências de aproximação, contando com cerca de 13.000 participantes que formam cerca de 50 comunidades populares.

A coluna denominada *infra*⁷ é uma das espacialidades críticas materiais e imateriais deste processo. Assim como as demais, é parte das interconexões consideradas estratégicas

7 Para a legalização das *infras* foi criada a Associação Nacional de Apoio às Comunidades Populares (ANACOP), em 2011. Esta funciona com voluntários/as. São organizados mutirões para realizar as limpezas, reformas e distribuição de tarefas como os pagamentos de despesas do espaço. Neste sentido, a auto organização manifesta-se na gestão coletiva da *infra*.

Para tal, cada comunidade possui uma comissão de *infra*. Nos mutirões de limpezas, cada grupo faz no seu setor, ou seja, as professoras nas escolas, os membros dos coletivos de sobrevivência coletiva nos seus espaços de trabalho e na sala de reuniões pelos grupos que a utilizam.

para a construção do *poder popular*, protagonizado pelas comunidades.

Damos destaque a este espaço porque neste decorre uma parte considerável das atividades comunitárias, entre as quais as relacionadas com as colunas da *sobrevivência coletiva* (nosso foco neste artigo), mas também a Escola, Arte, Lazer, as reuniões e encontros. É o espaço físico onde são desenvolvidas as atividades propulsoras da auto organização do MCP, que o definem da seguinte forma:

Quando o governo e os empresários falam de infra estrutura, eles estão falando de estradas, energia, portos e aeroportos, empresas de comunicação, etc, isso como base para o desenvolvimento da economia do país. Nós, quando falamos de infra estrutura, estamos falando das casas comunitárias que são construídas nas Comunidades Populares. Essas casas servem para as reuniões do povo, para realizar atividades de arte e lazer, funcionar as escolas comunitárias e para organizar a sobrevivência coletiva tais como GPCs, GVCs e GTCs, etc.. Os terrenos e os materiais de construção foram conseguidos com projetos encaminhados a entidades de apoio não governamentais. Outros foram doações de companheiros e simpatizantes. E outros foram frutos da luta do povo da área (ocupação). A mão-de-obra foi em mutirão ou em troca de pequenas contribuições. (MCP, 2008, p. 12)

A *infra* serve também de local de residência para alguns membros da comunidade. Para além de serem responsáveis pelo espaço que utilizam têm a tarefa de vigiar o local e receber mensagens telefônicas. Por sua vez, cada grupo da comunidade que a utiliza contribui com uma taxa para as despesas com energia, água, impostos, etc.. Estas taxas são administradas pela comissão que gere o caixa.

A coluna da *sobrevivência coletiva*, nosso foco de análise, ocupa parte do espaço da *infra*. Esta possui de cinco ramos: Grupos de Produção Coletiva (GPC); Grupos de Investimentos Coletivos (GIC); Grupos de Trabalho Coletivo (GTC); Grupos de Compra e Venda Coletiva (GVC) e Grupos de Ação Coletiva (GAC). (JVC, 2006, 2012).

A Sobrevivência Coletiva é coluna básica da Comunidade Popular, visto que no curto prazo visa a garantir a sobrevivência dos seus membros, com dignidade e, no médio prazo, se constituir na base econômica capaz de iniciar a autonomia das comunidades, servindo de exemplo para toda a sociedade e possibilitando, no longo prazo, mudar o sistema individualista (capitalista) em que vivemos para um sistema comunitário. (...). A Comunidade é uma alternativa de vida e não apenas de sobrevivência econômica. Seus membros precisam superar a ideologia individualista. É necessário, desde o início, combater a corrupção, a burocracia, o consumismo, enfim, todos os males que o capitalismo coloca no pensamento das pessoas. (MCP, 2013, p. 8)

Para compreender o que o MCP denomina por *Economia Coletiva* (PNLA, 2012) procuramos compreender o funcionamento dos cinco ramos da *sobrevivência coletiva* que

estruturam esta coluna, enquanto especialidades críticas criadas.

O *GIC* (*Grupo de Investimento Coletivo*) equivale a um banco popular, autogerido pelo MCP.

[...] Aqui, hoje, estamos em Feira de Santana. Nessa comunidade, foi o 1º GIC a ser criado através da orientação do movimento. Daqui, fomos começando pequenininho, com poucas pessoas, e ao longo do tempo como vamos firmando e abrindo pra outras pessoas (não é uma coisa fechada), aí começamos com 12 ou 13 pessoas que eram participantes da comunidade, e aí fomos ampliando para os vizinhos que estavam se aproximando. Aí foi crescendo o nº de gente, foi crescendo a adesão ao projeto que fomos criando. E quando foi consolidado este grupo aqui, como o movimento faz reuniões a nível de estado e até outros estados (se diz reuniões nacionais), aí fomos discutindo nas assembleias nacionais, que são realizadas aqui, essa experiência. Aí foi despertando curiosidade para os nossos companheiros e procurando como foi feito isso, como deu certo, foi se espalhando para alguns municípios de outros estados que tinham pessoas interessadas. E no decorrer deste tempo pra cá, de 1998 até outro dia aí, em 2015, quando fizemos uma avaliação, tinha 30 GIC criados nos diversos estados. (Jailton, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista)

E foi aí que nós fomos trabalhar, pra conseguir a confiança a partir do trabalho das comunidades pra que o povo botasse dinheiro lá no banco. Daí surgiu o GIG – grupo de investimento coletivo. (Audo, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

[Começou] em 2003 com 14 investidores e um investimento inicial de 135 reais. (Inessa, MCP Chico Mendes, 2016, entrevista)

O *GIC* pode iniciar com um grupo de 5 a 10 pessoas que, enquanto membros, depositam no mínimo 5,00 R\$ por mês e, ainda, participam nas reuniões mensais.

Há uma comissão administrativa com 3 pessoas: o tesoureiro - que administra o dinheiro; o secretário – responsável pelos relatórios das reuniões e arquivo dos materiais de estudo, e o articulador – que estimula a participação das pessoas nas reuniões e as coordena.

O rendimento do *GIC* é dividido em 3 partes: i) pagamento das despesas do próprio GIC; ii) um fundo comunitário destinado ao custeio da saúde, previdência e outros dos/as que assumem mais trabalho na comunidade e necessitam deste apoio iii) para o Caixa Nacional do MCP.

A coordenação da comunidade é a *cabeça* do *GIC*. Os seus participantes são assim considerados: o/a *investidor/a* é quem deposita e recebe juros; o *cliente* é quem pega emprestado e paga juros; os *membros* são as/os que além de depositarem o seu dinheiro mensalmente e recorrerem a empréstimos quando necessitam, contribuem para a tomada de decisões políticas do GIC, participando das reuniões mensais. O trabalho da comissão administrativa é voluntário.

Os membros hoje são 22. [...] Eles têm o compromisso de depositar todo mês. O investidor deposita quando pode, quando quer. O membro não, tem mais compromissos com o GIC e tem que participar da reunião de 15 em 15 dias que é onde se decide a política do GIC. É onde se discutem as atividades, se decidem os empréstimos, como o São João, o dia das mães, o almoço coletivo, tudo. Toda a vida da comunidade é discutida pelos membros do GIC. (Inessa, MCP Chico Mendes, 2016, entrevista).

É um grupo que é organizado da seguinte forma: tem uma coordenação administrativa, com 5 pessoas, que se reúne uma vez por a semana, para discutir, avaliar, e tem um grupo com 12 pessoas que nós chamamos de membros do GIC. Esse grupo é quem assume a responsabilidade, discute, decide. São os verdadeiros responsáveis pelo GIC. A comissão estuda e executa e esse grupo segue como base. Nós temos mais 114 pessoas que investem recursos neste grupo. E temos 270 que nós chamamos de clientes, que são pessoas que se beneficiam com pequenos empréstimos, desse grupo [...] à nível de Sítio Matias: [...] Coordenação administrativa com 5, 12 membros, 114 investidores, 270 clientes. Essa é a realidade do grupo hoje. (Daniel, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista)

Entre as prioridades de empréstimo do *GIC* estão o financiamento do trabalho, habitação, saúde e educação para os/as moradores/as das comunidades:

Moradia, reforma, compra de casa, de terreno, geração de renda, lanchonete, padaria, salão de beleza [...] foi comprado com dinheiro do GIG. (Janduí, MCP Chico Mendes, 2016, entrevista)

Nós temos dois tipos de trabalho aqui, uns são em grupos e outros não são em grupos/coletivos, mas são famílias que pegam recursos para desenvolver pequenos negócios de sobrevivência. O GIC tem financiamento para compra de casas, de terrenos, reforma de casas. Nós temos, em média, 120 financiamentos para esse fim. Pra educação é pra compra de material escolar, pagar prestação de colégio, de faculdades, reforma de duas escolas (o GIC já financiou). Pra saúde são pequenas cirurgias, exames de vista, acessórios como muletas, cadeiras de rodas. Estes são os financiamentos que o GIC faz. [...] Na agricultura o GIC já financiou pequenas propriedades, 2 motores de sisal, compra de pequenos animais, e tem uma média de incentivo para 10, 12 roças. Pessoal que faz financiamento pra plantar feijão, melancia, pra esse tipo em matéria de sobrevivência. O nº de pessoas que nós hoje consideramos que o O GIC beneficia direto: 320 pessoas diretas e 896 indiretamente. [...] Hoje o GIC tem um valor de 190.000 reais. (Daniel, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista)

As pessoas que tomam esse dinheiro emprestado pagam juros, não os juros que está aí fora, mas um juros que cubra a quem botou o dinheiro e deixe um lucro também pra comunidade. Então bota dinheiro no GIC e, aqui por exemplo, é 12%. [...] e nós emprestamos esse dinheiro a 3, 4%, dependendo para o que é esse dinheiro. Tem vários critérios pra emprestar esse dinheiro. Se é para reformar a sua casa é um critério. Se é pra comprar um bem, um móvel, é um critério. Se é pra pagar um cartão de crédito, que você atrasou e a dona do cartão está querendo pegar você e você está endividado é outro critério. [...] Se atendendo ele sobrar pra você pagar a sua dívida, aí vamos emprestar. (Audo, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

Uma das premissas é a autonomia econômica em relação ao Estado e o desenvolvimento de formas econômicas que mobilizem as pessoas e possibilitem a circulação do dinheiro na comunidade.

Nós achamos que o comércio deve ser mais justo com a clientela; devia ter uma participação maior da clientela. Então nós temos que ter um comércio diferenciado. Com tudo isso para existir o mercadinho, pra existir a escola, a saúde, tudo isso, é preciso ter financiamento. Como existir financiamento que não seja do deputado, do vereador, da prefeitura, do governo, que tire a nossa autonomia?

Aí, [foi] estudando várias experiências que existiram no Brasil e até fora do Brasil também, que eram os bancos populares. (Audo, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

Não é de nenhuma entidade nem do governo. É tudo de pessoas, do grupo que faz pequenas economias. É um dos lemas/propostas do GIC, do grupo se “educar para poupar”, financiar e sentir que aqueles que se beneficiaram se eduquem para que sirva pra ele e para o outro. (Daniel, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista)

São várias formas que esse dinheiro vem circulando dentro da comunidade. [...] Padaria, lanchonete, salão de beleza, as casas das pessoas, né? Muitas pessoas tiveram esse sonho de ter a sua casa própria com a ajuda do empréstimo do GIC. Nasceu com essa finalidade, de fazer o dinheiro circular na própria comunidade. [P]or exemplo, o dinheiro que [...] depositou no GIC serviu pra Erika abrir o salão de beleza dela. Ai, eu fui lá e fiz as unhas no salão de beleza da Erika. Então o dinheiro está circulando dentro da comunidade. O dinheiro que um deposita serve para o outro. (Inessa, MCP Chico Mendes, 2016, entrevista).

O GPC (*Grupo de Produção Coletiva*) é outra vertente que integra a coluna da *sobrevivência coletiva*.

GPC é tudo o que é produção, que pode ser o grupo [do] produto de limpeza, roupa, bolsa, sandália. (Audo, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

Este se forma quando três ou mais pessoas, de famílias distintas, se reúnem para produzir coletivamente. Esta necessidade parte, normalmente, da falta de respostas em termos de trabalho para encontrar soluções a partir da organização coletiva.

Há 3 formas de iniciar um GPC: a primeira é as pessoas colocarem em comum os seus poucos recursos (ferramentas, máquinas, etc) e começarem a trabalhar juntas. A segunda é obter financiamento através do *GIC* e, a terceira, é através de um projeto apoiado por uma ONG para adquirir os meios de produção.

O movimento já tinha discutido que a gente devia se juntar [...]. Há um tempo atrás a gente lutava por emprego. Só que o emprego nunca saía. Às vezes saía cesta básica... Mas acabava. A gente tinha que começar a resolver os nossos

problemas. Temos que saber o que a gente sabe fazer. Aí juntamos as máquinas que cada uma tinha em casa, as máquinas domésticas. Aí quando o grupo foi dando certo adquirimos as máquinas industriais que dão mais produção. (Nice, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista)

Há um relato anterior, deste mesmo grupo de Sítio Matias, que se refere às dificuldades iniciais do projeto e à sua posterior consolidação:

No mês de junho de 2001, reunimos três pessoas e vimos a necessidade de começar a produção coletiva de roupas. Começamos vendendo confecções que compramos já prontas. Cada uma colocou o dinheiro que tinha e o GIC emprestou outra parte. Mas, o nosso objetivo era costurar roupas. Para isso, juntamos as máquinas que tínhamos e compramos mais uma. Em setembro do mesmo ano começamos a fazer bolsas, já que duas participantes tinham experiências no ramo. Em fevereiro de 2002, duas pessoas se afastaram [...]. Mas a vontade não acabou. Os companheiros do Sítio Matias sempre ajudavam na busca de saídas. Em uma dessas discussões veio a luz: fazer um levantamento das mulheres que participavam do grupo da Cesta Coletiva e que sabiam costurar. Descobrimos cinco mulheres e com elas fizemos uma reunião, ficando o plano de duas participarem a semana toda. Deu certo. A remuneração do trabalho foi discutida. No início, tiramos 20% das entradas; depois, aumentamos para 30%, percentual que continua até hoje. (MCP, 2013, p. 9)

Outra atividade deste *GPC*, na mesma comunidade, diz respeito à manipulação de produtos de limpeza. Sabão, amaciantes, cloro e detergentes são adquiridos por atacado e, numa pequena fábrica instalada na *infra*, são divididos em novas embalagens para o consumo individual. Esta operação é realizada da seguinte forma: “[A] gente trabalha nesse setor 2^af, lavando as garrafas e, na 3^af, a gente embala.” (Joabe, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista). A ideia é evitar a combinação/mistura de produtos químicos mais fortes e, ainda, rentabilizar a compra, embalagem, distribuição e venda destes produtos no mercadinho, dentro e fora da comunidade.

Na ocasião desta pesquisa, o MCP de São Lourenço da Mata referiu a dificuldade temporária de levar a cabo esta atividade, de forma estruturada e contínua (conseguindo realizá-la pontualmente), já que outros grupos da coluna absorviam mais tempo de trabalho coletivo. Contudo, esperavam reativá-la brevemente.

É de salientar que, independente do meio utilizado para iniciar uma atividade do *GPC*, o importante é criar autonomia para não depender de ajuda exterior, ou seja, ser auto sustentável. Por sua vez, seja urbano ou rural, um *GPC* deve priorizar artigos de primeira necessidade da comunidade.

Outra característica é que estes grupos mencionam a existência de sociedade coletiva, diferente de uma empresa capitalista. Cada pessoa recebe de acordo com as horas trabalhadas e o que sobra é reinvestido na organização, ou seja, não é repartido

individualmente. Se um membro sai leva o que colaborou individualmente, mas não o que foi investido coletivamente. “Esta parte continua para quem permanece trabalhando ou os que vão entrar. No caso do grupo deixar de existir, aí sim, os bens são divididos entre seus membros ou o grupo decide que outro destino dá aos bens.” (PNLA, 2012, p. 21).

O *GVC* (*Grupo de Compra e Venda Coletiva*) inclui diferentes formas de compra e venda levadas a cabo nas *Comunidades Populares*. No caso dos *grupos de famílias*, estas se organizam e realizam a compra de alimentos em conjunto, para que os preços fiquem mais baratos. Cada uma entrega a lista do que precisa numa reunião e uma comissão é escolhida para pesquisar preços e fazer as compras. Na *infra*, as compras são divididas e entregues às famílias e, em alguns casos, o *GIC* financia com 30 dias de prazo para pagamento.

Os *mercadinhos* coletivos são outra modalidade. Há uma contribuição inicial de dinheiro para a compra das mercadorias. Os produtos são revendidos na comunidade e a renda é dividida em duas partes: é distribuída entre as/os trabalhadoras/es do mercadinho, em função das horas trabalhadas e, a outra parte, é reinvestida para dinamizar o empreendimento coletivo.

Em São Lourenço da Mata, a experiência do mercadinho tem início com “uma barraquinha de milho e tapioca; depois feijão e coisas que compravam” (Dayane, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista). Cinco pessoas juntaram-se e compraram alguns produtos para a venda, tendo utilizado, em parte, o empréstimo do *GIC*. Por fim, montaram o *mercadinho* num dos espaços da *infra*. Este destina-se ao atendimento da população local e dos membros da comunidade, nas suas necessidades básicas de consumo.

A divisão das receitas deste coletivo, se há lucro, é feita da seguinte forma: 25% é para reinvestimento; 5% fundo de manutenção; 50,00 R\$ fundo de saúde; 40,00 R\$ contribuição para a *infra* e 40,00 R\$ de contribuição para o movimento.

Há duas jovens que trabalham diariamente, $\frac{1}{2}$ período, e uma que trabalha 3 vezes por semana, dia completo. Todas têm uma remuneração de 200,00 R\$ por mês. Da receita destinada às remunerações, após o pagamento das 3 trabalhadoras o restante é dividido entre as 2 pessoas que garantem o funcionamento do *mercadinho* em permanência. Ambas residem nas instalações da *infra*, destinadas à habitação.

A gestão da cozinha, onde são realizadas coletivamente as refeições, é também garantida por estes/as trabalhadores e, ainda, pelo menos por uma das docentes da escola. O *mercadinho* existe nesta comunidade há 12 anos.

Da mesma forma, o *mercadinho* existe nas comunidades Chico Mendes e Sítio Matias.

Nas 3 comunidades pesquisadas, este local comercializa os artigos produzidos pelos GPC e outros considerados básicos (alimentação, higiene, limpeza, material escolar, elétrico, entre outros). Não comercializam álcool e cigarros, cujo consumo é totalmente desestimulado, sendo o primeiro objeto de campanhas permanentes.

Há outras formas de dinamização dos *GVC* para além do que foi referido, como as pequenas lojas, lanchonetes, venda de roupa, gás e outros meios. As *cestas coletivas*, por exemplo, consistem em que cada pessoa leve um produto para um encontro comunitário, permitindo a sua composição. A cesta é sorteada e tais sorteios, a cada reunião, são rotativos, de modo a que todos/as tenham a oportunidade de ganhar.

Em Sítio Matias há um relato da experiência de organização da cesta coletiva:

A partir de um encontro de bairros em Recife, agosto 1998, quando conhecemos a experiência da CESTA COLETIVA, passamos a discutir a possibilidade de fazer o mesmo em nossa área. Em 10 de julho de 1999, com a presença de sete pessoas, criamos o nosso grupo de Cesta Coletiva, sendo a contribuição de R\$ 3,00, em produtos, por pessoa, e um sorteio na reunião da quinzena. Atualmente, o grupo continua com 44 pessoas, temos as reuniões fixas quinzenalmente e além da Cesta Coletiva funcionam também:

O Consórcio com dois sorteios de R\$ 220,00, sendo de R\$ 10,00 a contribuição por pessoa; Compra coletiva de verduras com 13 famílias, atingindo 120 pessoas. Formamos uma comissão de seis pessoas que preparam a pauta e coordenam as reuniões que contam com a participação de 50 pessoas, em média. (MCP, 2013, p. 8, grifos dos autores)

Por fim, o *GTC (Grupo de Trabalho Coletivo)* está vocacionado para a prestação de serviços, como lavanderia, construção civil, coleta seletiva de material reciclável, transporte coletivo, entre outros.

A renda do serviço é dividida por hora trabalhada e conforme a especialização de cada um. A compra dos instrumentos de trabalho é feita pelo grupo. Uma percentagem da renda é colocada no caixa para pagar o INSS e outras necessidades, decididas pelo grupo. (...) A forma de funcionamento é semelhante às do GPC e GVC. (MCP, 2013, p. 25).

Em Sítio Matias há uma lavanderia, cujo funcionamento é garantido pelas trabalhadoras da seguinte forma:

De manhã uma lava e à tarde as outras passam as roupas. Aí trabalha com hora marcada. O que der, a renda que der, o valor da hora é igual. As pessoas ganham mais ou menos pelas horas que trabalham. Tem caixinha pra saúde. Até 15 dias se as pessoas ficarem sem poder trabalhar a caixinha ajuda as pessoas. Pagamos

INSS8. (Nice, MCP Sítio Matias, 2016, entrevista)

A construção civil é uma vertente estruturante do *GTC*. Em São Lourenço da Mata, esta atividade teve início em 1997.

Eu trabalhava com mais duas pessoas. Hoje são 16 pessoas.” (Gilson, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

Dentro do movimento é muito importante. Desde os 15 anos trabalho na construção. Hoje tenho 24. (João, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

De acordo com o MCP (2010), a prática de trabalho coletivo, contrariamente ao que ocorre com os trabalhadores autônomos da categoria, pressupõe que o grupo de pedreiros e ajudantes aproveem o orçamento a ser apresentado ao contratante da obra.

Quanto à remuneração, a diária é de acordo com a profissão de cada um sendo, normalmente, pedreiro profissional, meio-profissional e ajudante. Se a obra não ocupa todo o grupo, é feito o rodízio para que todos recebam.

Outra característica é que 5% do valor da obra vão para o caixa do grupo, sendo destinados à compra de ferramentas, uniforme e outros materiais. Poderá ser utilizado ainda, para o pagamento do INSS dos seus trabalhadores.

O grupo deve se reunir enquanto durar o trabalho, de forma a avaliar o seu comportamento e o andamento do serviço. “No final da obra, a sobra, que sempre deveria haver, é dividida por igual com todos os membros do grupo. Em dinheiro ou em produtos (cestas básicas).” (MCP, 2010, p. 6). Este *GTC* tem, ainda, uma conta no GIC, com a contribuição de 5% dos seus participantes.

Para além da atividade profissional, a colaboração na construção das casas dos membros da comunidade faz parte da *entrajuda* praticada no movimento.

Quando o *GTC* faz reuniões a cada 3 meses, a gente discute a questão que sempre se puder se integrar na comunidade. Se um companheiro me ajuda a construir a minha casa aqui, então futuramente ele vai precisar também, [...]. A gente se ajuda dessa forma. A mesma coisa a comunidade. (João, MCP São Lourenço da Mata, 2016, entrevista)

Na comunidade Chico Mendes, há uma loja destinada à venda de materiais de construção, não havendo o grupo da construção civil. Nesta, trabalham 6 pessoas, sendo 3 mulheres no atendimento e 3 homens nas entregas, com as funções de motorista e

8 Instituto Nacional do Seguro Social (Brasil)

ajudantes. Outros *GTC* estão organizados nestas localidades, como o de reciclagem do lixo, em Sítio Matias.

CONCLUSÃO

As questões de pesquisa que procuramos compreender, através da experiência organizativa do MCP, pela via da coluna da *sobrevivência coletiva*, assinalam espacialidades críticas transformadoras das relações políticas, econômicas, socioeducativas e de organização, que se afirmam a partir da (r) existência de sujeitos políticos formados pelo conjunto das *Comunidades Populares* envolvidas.

Como principais elementos e interações implicados na dinâmica do espaço destacamos a construção de novas formas de poder, configuradas no *Poder Popular*. O exercício deste poder revela um conhecimento social, histórico e coletivamente construído, que tem como pressupostos a consulta e a auto organização popular. Esta abordagem desencadeia a identificação dos problemas, a sensibilização para o envolvimento das comunidades na solução destes, a partilha sistematizada da informação recolhida, sendo esta essencial ao planeamento da ação e, ainda, o compromisso/envolvimento coletivo para transformar a realidade.

Este tipo de poder nasce das relações criadas nas bases populares, associadas a uma prática político pedagógica, a que denominamos *Pedagogia da Autogestão*, entendida num sentido ampliado da produção do espaço, para além do *método* assumido pelo MCP (*pesquisa, arrumação/sistematização, devolução e plano de ação*). Outra faceta desta pedagogia é a formação de educadores/as populares, membros das comunidades, que atuam na linha de frente da aplicação do método, com a intenção política de auto organização de novos membros e a construção de novas *comunidades populares*, também estas sujeitos políticos deste processo.

No interior do mesmo, pode-se identificar *conteúdos formativos* que resultam em práticas tendencialmente emancipatórias em relação à lógica capitalista, como o acúmulo das aprendizagens de autogestão econômica, alicerçadas no auto financiamento do trabalho, da habitação, da propriedade coletiva dos meios de produção, da distribuição, comercialização e consumo que realimentam as dinâmicas comunitárias. Cada um dos grupos que compõe a coluna da *sobrevivência coletiva* desenha uma teia de interrelações que contribui para a dinâmica dos demais, constituindo-se como espacialidades críticas que conformam as bases da economia coletiva, de cariz comunitário.

Tais espacialidades críticas ensaiam formas de autonomia política e econômica em

relação ao Estado, através da auto organização, da partilha horizontal de poder e da invenção de novas racionalidades econômicas – Outras Economias - como contraponto às experiências de democracia representativa e das formas capitalistas de produção do espaço.

Por fim, ressaltamos que o teor político-comunitário destas espacialidades críticas, estimuladas pelo exercício da Pedagogia da Autogestão, é marca singular desta experiência, já que sinaliza a existência de práticas emergentes de Outras Economias, evidenciando novas geometrias de poder-saber com potencial emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. G. 2014. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes.
- CATTANI, A. (org). 2009. Construindo a outra economia. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Ed.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina.
- CORAGGIO, J. L. 2013. **La construcción de Otra Economía como acción política**. Buenos Aires: Instituto del Conurbano. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc_pub_rec.htm>.
- CUNHA, G. C. 2012. **Outras políticas para outras economias - contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. Universidade de Brasília: Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11178/1/2012_GabrielaCavalcantiCunha.pdf>.
- FALS BORDA, O. 1985. **Conocimiento y poder popular**. Bogotá: Siglo Veintiuno editores/OIT.
- GIBSON-GRAHAN, J. **A diverse economy: rethinking economy and economic representation**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://cscs.res.in/dataarchive/textfiles/textfile.2007-11-30.8168238051/file>>.
- GONZÁLEZ, J. A. F. 2015. Imaginando Outras economías y realidades desde las bases epistémicas de Otras cosmovisiones y de las nuevas – y no tan nuevas– visiones del mundo; el caso de Yomol A'tel como uno de los siempre inacabados intentos. (B. de S. SANTOS, T. Cunha, Eds.) In: Colóquio Internacional Epistemologias do Sul, Coimbra: *Anais...* Coimbra: Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra.
- LANDER, E. (Org). 2005. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur CLACSO.
- LAPASSADE, G. 1971. **L'autogestion pédagogique**. Paris: Gauthier-Villars Éditeur.

LEÃO, C. V. de M. 2014. **Educação popular : ausências e emergências dos novos conhecimentos e sujeitos políticos da economia solidária**. ISEG/Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/7554>>.

_____. A Pedagogia da Autogestão na Construção do Poder Popular. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, p. 552–567, nov. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2891>>.

MASSEY, D. 2007. Geometrías del poder y la conceptualización del espacio. In: Caracas. *Anais...* Caracas: Universidad Central de Venezuela. Disponível em: <http://iner.udea.edu.co/grupos/GET/Seminario_Geografia_Perla_Zusman/7-Massey>.

_____. A mente geográfica. Revista Geographia, p. 36–40, mai. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/857>>.

MIGNOLO, W. D. 2005. A Colonialidade de cabo a rabo. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur CLACSO, p. 33–49.

MOVIMENTO. 1988. **Como Construir o Poder dos Trabalhadores**. Porto Alegre: Centro de Assessoria Sindical e Educação Popular (CASEP).

MOVIMENTO DE COMUNIDADES POPULARES [MCP]. 2006. **Quem somos. De onde viemos. Para onde vamos!**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC).

_____. 2008a. **Sobrevivência Coletiva**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC).

_____. 2008b. **Infra Estrutura como Base para Construir a Comunidade**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC).

_____. 2010. **13 anos do GTC da Construção Civil**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC).

_____. 2012. **PNLA**. Feira de Santana.

_____. 2013. **Comunidades Populares, uma nova forma de criar o Poder Popular**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC).

_____. 2016. **O que é Pedagogia?**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC).

NASCIMENTO, C. 2010. **Paixões pedagógicas**. Porto Alegre.

PABLO UC ET AL. 2016. **La espacialidad crítica en el pensamiento político-social latinoamericano: nuevas gramáticas de poder, territorialidades en tensión**. Buenos Aires: CLACSO.

PIMENTEL, B. M. Introducción. In: PIMENTEL, B. (Ed.). 2012. **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina : una perspectiva descolonial**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 9–19.

PORTO GONÇALVES, C. W. 2005. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur CLACSO.

_____. 2006. C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, A. E. (Ed.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 151–197.

QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur CLACSO, p. 107–130.

RAMÍREZ, P. M. 2012. Economía Otras. Ni capitalista ni socialista. In: PIMENTEL, B. M. (Ed.). **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina : una perspectiva descolonial**.

ROCHA, A. A. da. 2017. O que Doreen diria sobre nós? um ensaio sobre a pedagogia da esperança. *Revista Geographia*, p. 21–35. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/857>>. Buenos Aires: CLACSO, p. 85–101.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). 2009. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina.

SANTOS, L. L. dos. 2015. Consumo, hierarquias sociais e colonialidade econômica: na contramão de uma banalização da consciência. *Revista Espaço Ética*, v. 6, p. 1–20. Disponível em: <<http://revistaespacoetica.com.br/2016/01/26/consumo-hierarquias-sociais-e-colonialidade-economica-na-contramao-de-uma-banalizacao-da-consciencia-por-luciane-lucas-dos-santos/>>.

THIOLLENT, M. 1996. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez.

Submetido em: Julho de 2019

Aceito em: Setembro de 2019